

O contributo do *Mercvrio Portvguez* para o final das Guerras da Restauração e da construção da História de Portugal

Mestre
Eurico José Gomes Dias



“Por ser cosa tan ordinaria en Portugal la fidelidad, es estrañado notablemente entre Portugueses alguno que no es leal (si es que le ay en el mundo).”

D. António de Sousa de Macedo, in *Flores de España Excelencias de Portugal*, 1631, p. 149.

Quase sucedâneo ao primeiro periódico português comumente conhecido como a *Gazeta da Restauração* [ou o seu conjunto editorial, vindo a público entre 1641 e 1647] surgiu, na mesma esteira e em similar linha de expressão, o famoso *Mercvrio Portvguez*, inteiramente da autoria e orientação de D. António de Sousa de Macedo, estadista dedicado à causa da Restauração e cujos escritos em prol dessa demanda formam o manancial do *corpus* desse periódico quase esquecido.

D. António de Sousa de Macedo [1606/1682]¹ formouse em Direito na Universidade de Coimbra e, abraçando a causa da Restauração, foi embaixador plenipotenciário de D. João IV em Londres e, a partir de 1650, nos Países Baixos. Nomeado Secretário de Estado² por D. Afonso VI [1662] para o governo do conde de Castelo Melhor, dirigiu a partir da mesma data e até 1666, o *Mercvrio Portvguez*, órgão noticioso que desempenhou um importante papel na defesa da causa independentista portuguesa³.

Amplamente polémico, talvez à semelhança da conduta social e política do seu ilustre redactor e inspirador, foi um dos mais ilustres e meritórios periódicos da incipiente História da imprensa periódica portuguesa, apesar das fortes críticas que sofreu ao longo da sua vigência⁴.

Elaborado segundo os cânones da primeira *Gazeta* portuguesa, o *Mercvrio Portvguez* ⁵

representa a fase final da expressão política portuguesa no contexto dos últimos anos das *Guerras da Restauração*, sendo que a primeira *Gazeta* representou os esforços primordiais da causa restauracionista. Ambos os periódicos representam, deste modo, o liminar e o findar de um ciclo bastante atribulado da nossa História e são, porventura, das melhores fontes históricas disponíveis para se analisar convenientemente tal período histórico⁶. O *Mercvrio Portvguez* foi, sem sombra para qualquer dúvida, um instrumento periodístico amplamente politizado e, não obstante a forte personalidade crítica do seu redactor, um dócil e útil órgão de propaganda ao serviço os intentos da Casa de Bragança⁷.

Direccionado e motivado pelas modernas máximas decorrentes do desenvolvimento de estratégias de dissuasão informativa, o *Mercvrio Portvguez* atacou ferozmente toda a cisão da unidade portuguesa e, movido pela alma patriótica, impôs um estilo discursivo imbuído de uma vernaculidade combativa, sem nunca perder os critérios de objectividade e de veracidade, ainda que, por vezes, lhe reconheçamos fortes e criticáveis propriedades panegíricas⁸. Embora o *Mercvrio Portvguez* seja um órgão noticioso que apresentava um amplo noticiário de teor bélico e políticodiplomático, não deixa de apresentar um retrato da sociedade contemporâneo à sua existência, alheando o leitor curioso da aspereza própria das relações noticiosas políticas e militares⁹. Preocupado constantemente com a veracidade e a fundamentação das notícias veiculadas a nível da conjuntura políticomilitar europeia baseada nas leituras das *Gazetas* ou *Mercúrios* castelhanos, holandeses, italianos e franceses, abre o combate a todas as outras publicações divergentes batendose num contexto de guerra de informação/contrainformação¹⁰.

Retrato de uma época, o *Mercvrio Portvguez* recorre a fontes históricas consideradas as mais verosímeis e não deixou de fazer a apologia de um dado acontecimento ou situação corrente sem o apoiar numa fundamentação histórica. Em todo o esforço cognitivo/discursivo de D. António de Sousa de Macedo se apresenta como questão central a salvaguarda de Portugal na História por desígnio da Providência.

Atentese agora ao contributo do *Mercvrio Portvguez* para a construção da História de Portugal. Dotando toda a sua retórica histórica da convicção de que a *alma mater* lusitana estaria, por imperativo categórico, à predestinação dos altos feitos da Humanidade, o ilustre autor não deixar de focar todos os aspectos e figuras da nossa História medieva e que alcançaram uma aura transcendentalista, como foi o caso do quase desconhecido arcebispo de Braga e forte apoiante de D. João I, D. Lourenço da Lourinhã¹¹, cujo corpo houvera sido encontrado incorrupto no seu sepulcro, sinal que a Providência velaria pelos verdadeiros amantes de Portugal. Assim o afirmava, por amiúdes ocorrências, o *Mercvrio Portvguez*:

“A estas, & a outras disposições humanas para a guerra, se ajuntarão este mez nouas esperanças de Deos nos continuar seu fauor Diuino, com o que se escreueo de Braga, que pella intercessão do seu grande Arcebispo Dom Lourenço da Lourinhaã, fizera o Senhor algumas marauilhas; entre as quaes foi, que dia de Sam Lourenço, dez deste mez de Agosto, foraõ duas mulheres cegas pedirlhe vista, & logo a alcançaraõ. Isto, que a

piedade daquelles moradores publica, não se pòde affirmar, sem as diligencias, & aueriguação que as Constituições Canonicas tem ordenado para proua de milagres; o que sò sabemos he, que estando sepultado aquelle Prelado em hua Cappella da See da Cidade de Braga hauia duzentos & sessenta & tantos annos, com certa occasião de se mudar para alli hua Confraria de Estudantes, se lhe abrio a sepultura nos primeiros de Junho passado, quando o inimigo occupaua a Cidade de Euora, & se achaua mais pujante na Prouincia de AlemTejo.

Foi este o famoso, & valente Ecclesiastico que ajudou a ElRey Dom João o primeiro de gloriosa memoria a alcançar a insigne vitoria de Algibarrota, peleijando por seu braço¹², & hum Castelhana lhe deu hua grande cutilada pello rosto, como referem as nossas Chronicas, as quaes juntamente trazem a galante carta que elle escreueo ao Dom Abbade de Alcobaça, contandolhe o successo, & dizendolhe, que o que o ferira se não hauia de hir gabar disso ao folheiro, porque aos pès lhe ficára morto. Achouse seu corpo inteiro com a carne como de morto de muito poucos dias, & o final da cutilada na face muito viuo, com humidade nos olhos, & suas vestiduras tão saãs, como se fossem nouas. Parece que não careceo de mysterio descobrirse deste modo depois de tantos annos, em occasião tão precisa, mostrando Deos a gloria de quem peleija pella Patria (ainda sem ser esse seu officio) & que, se for necessario, resuscitará os mortos para nos ajudarem¹³.

Notável esforço propagandístico, o *Mercvrio Portvguez* reiterou continuamente ao seu público leitor que a Portugal estaria destinado o domínio das Espanhas e que Castela, em todos os singulares combates e em demoradas guerras, nomeadamente ocorridas na Idade Média, nunca houvera singrado sobre o esforço bélico português¹⁴. Fazendo referência a todas as conhecidas e mitológicas batalhas e fazendo um paralelismo com as batalhas do Montijo [1644] ou de Ameixial [ou do Canal, 1663], o *Mercvrio Portvguez* intervém em favor da manutenção da moral do povo português, sem deixar de focar o seu referencial histórico nos grandes heróis nacionais¹⁵ que se evidenciaram contra o jugo de Castela:

“A que chamaõ fortuna (he geral obseruação, & muito notauel) em todos os seculos, esteue de parte dos Portugueses contra os Castelhanos, como virtude & propriedade natural. Em discurso de mais de quinhentos & sincoenta annos (q ha q este Reyno na forma em que está teue principio) tiueraõ estas duas Naçoens àle de outros muitos recontros, catorze batalhas campaes, famosas, & memoraeis, que foraõ a de Candespina, a de Astorga, a de Valdeuez, a de Arganhal, a de Serolico, a dos Atoleiros, a de Trancoso, a de Aljubarrota, a de Valverde, a de Toro, a de Montijo, a de Sam Miguel junto a Badajoz, a das linhas de Eluas, a do Canal; & em nenhua (couza bem admirauel) deixárão de ser vencidos, & destruidos os Castelhanos, tomadoselhes nas mais dellas bagagem, armas, & tudo quanto trazião; por marauilha, & como razão, celebrão elles por grande ventura, que na de Toro, se pudesse retirar seu Rey Dom Fernando com menos perda da costumada [...].”¹⁶

Sensivelmente a partir do início do ano de 1667, será um redactor, ainda hoje anónimo, que terá a responsabilidade executiva do *Mercvrio Portvguez*. Quem terá sido, nunca a investigação histórica ou bibliófila o conseguiu desvendar. Na verdade, esses números

finais do *Mercvrio Portvquez* tornamse, na sua globalidade, mais imbuídos de um discurso e de um estilo literato mais pomposo e ao gosto da época, se bem que as indicações historiográficas se tornem algo mais desenvoltas.

Na verdade, poder-se-á verificar que, tanto em termos quantitativos como qualitativos, o número de referências históricas dedicadas aos tempos medievais aumentam devido ao facto de se publicar mais matéria de pendor historicista em um mês de publicação do que nos quatro anos precedentes, não obstante os méritos polígrafos de D. António de Sousa Macedo. Quanto ao «ilustre» redactor anónimo, poder-se-á afirmar que, sem dúvida, terá sido alguém da confiança do primeiro redactor e por ele instruído e, deste modo, alguém próximo do poder régio, apesar das crescentes divergências de D. António de Sousa Macedo com a Coroa e que conduziriam ao estíolar da publicação do *Mercvrio Portvquez*. Manifestando conhecimentos profundos pela História medieval, o presente autor continuará o propósito de alegação histórica das suas informações quotidianas. Assim sendo, não deixa de demonstrar um certo fascínio e interesse por conhecimentos toponímicos e pela sua contextualização com nascimento da portugalidade e a colaboração da ordem cisterciense nesse contexto cimeiro, tomando como exemplo o papel crucial do antiquíssimo mosteiro galego de Oya¹⁷ e apontando ainda os problemas das jurisdições eclesiásticas medievais:

“[...] Mosteiro de Oya, de religiosos Cistercienses, fundação de Monges negros pellos ann. de 569. a quem succederaõ os brancos no de 1185. reedificado por elRey Dom Affonso, chamado o Nobre¹⁸, situado no Bispado de Tuy naquella parte que o Reyno de Galiza confina com o de Portugal, [...]”¹⁹

No mesmo sentido da exposição dos conhecimentos toponímicos medievais, o *Mercvrio Portvquez* aborda pormenorizadamente a história da vila de Albuquerque em território castelhano e desde sempre considerada como uma praça estratégica no controlo daquela região sertaneja, razão pela qual já houvera sido alvo da atenção dos empreendimentos de D. Dinis e das suas iniciativas de construção e de reconstrução de castelos²⁰ em prol da defesa nacional [com evidentes paralelismos à época da redacção do *Mercvrio Portvquez*] e sem esquecer as ambiências políticas que conduziram à batalha de Toro e à defesa da causa de D. Joana, a *Excelente Senhora*:

“No cume de hu inacessivel môte está situado o Castello de Albuquerque, não cõ grande capacidade, por todas as partes se fundarão as muralhas sobre penedia tão aspera, [...] a fortificação q te he inda aquella antigua, q lhe mândou fazer o N. inclito Rey D. Diniz, mas pello sitio, [...]”²¹. Está Albuquerque (cujo nome he corruptella de Alba quercus, q val o mesmo q Carvalho Branco, armas desta villa) situado na Provincia da Estrema dura Castelhana, quasi nos cõfins de Castella a nova, sedo na primeira repartição d’Espanha do districto da Lusitania, pouohoa D. Affonso Telles de Meneses, cazado cõ D. Theresa Sanches, filha do N. Rey D. Sancho I. no an. 1220. Foi muitos annos da Coroa Portuguesa, elRey D. Deniz a deu cõ titulo de Cõde a D. Affonso Sanches seu filho (fõra do matrimonio) q chamarão o de Albuquerque, do qual Principe descende em Portugal os desta illustre familia; em tepo delRey D. Ioão o I. tornou a Castella, & elRey D. Henrique II. a deu cõ titulo de Duque a D. Beltrão de la Cueva, Cõde de Ledesma, seu valido, & sua deshonra, pois mais a imulação, q a verdade o chegou a fazer pay da propria filha de seu

Príncipe [...].”²²

Concluindo os apontamentos referentes à época medieval portuguesa e acusando os conhecimentos jurisconsultos inspirados pela experiência de D. António de Sousa Macedo, vejase uma referência ao sistema jurídico português e à instituição da Casa da Suplicação [e à sua localização e outros conhecidos acontecimentos lá sucedidos] por D. João I²³. Também designada por Tribunal da Corte, a Casa da Suplicação era o tribunal superior do reino, tal como a Casa do Cível²⁴. Foi provavelmente criada em meados do século XV e extinta apenas em 1833, dando lugar ao Tribunal de Relação. O anónimo redactor do *Mercvrio Portvguez* não deixa de relembrar a idoneidade da justiça medieval portuguesa, segundo a orientação de D. António de Sousa de Macedo²⁵, sem deixar de focar a defesa da rectidão da classe judicial e dos seus representantes contemporâneos a si:

“ [...] he costume muito antigo de nossos Reys o assistir naquelle Tribunal a ouuir os seus rectos Ministros sentecear alguns casos notaveis, assim ciueis, como crimes, mas as mais das vezes são casos crimes os que lhe propõem. Foi este Tribunal da Casa da Supplicação instituido pello senhor Rey D. Ioão o I²⁶ que então se sentenceauão pellas casas dos particulares juizes, sem conferencia em tribunal separado, & o referido Rey lhe deu por assento aquella Casa, adonde elle hauia por suas mãos executado aquella tão recta justiça na morte do Cõde Ioão Fernãdez de Andeiro. Era então Palacio o q hoje serue de prisão (o q mudão os tempos) ou não mudão [...].”²⁷

Dado que D. António de Sousa de Macedo era um historiógrafo de renome e profundamente conhecedor das problemáticas da História de Portugal, o *Mercvrio Portvguez* recorre a conhecimentos históricos directamente relacionados com a Idade Média portuguesa, optando por fazer quase inexistentes referências ao conjunto da medievalidade europeia. Opção imbuída de patriotismo, como se poderá calcular. Importava dar a conhecer ao leitor interessado um retrato e a constatação de uma autoridade adverte dos tempos medievos, ainda que mescladas em uma *praxis* mitológica²⁸, abusiva por vezes, para se legitimar um dado acontecimento que houvera ocorrido no quotidiano do *Mercvrio Portvguez*.

Autoridade e legitimação, poder e expressão historiográfica - o *Mercvrio Portvguez* é, sem caso de objecção, um retrato vivo desta singular simbiose. Por consequência adverte, os retratos da nossa Idade Média foramnos relegados de modo verídico e cientificamente consentâneos à época, embora dotados de uma certa ornamentação estilística tão própria desses tempos [e do autor], mas que auxiliava no cumprir do principal objectivo da publicação, ou seja, a defesa militante da causa restauracionista portuguesa.

* Mestre e doutorando em História da Idade Média pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Bolseiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

1 Consultese a ampla biobibliografia literária, política e diplomática de D. António de Sousa Macedo em várias obras de referência: MACHADO, Diogo Barbosa de - «D. António de Sousa de Macedo», in Biblioteca Lusitana, vol. I, pp. 399403; FELGUEIRAS GAYO, Manuel - «Macedos», in Nobiliário das Famílias de Portugal, Carvalhos de Basto, vol. II, 2.^a edição, Braga, 1989, pp. 1718; SOUSA, D. António Caetano de - História Genealógica da Casa Real Portuguesa, vol. I, 2.^a edição, Atlântida Editora, Coimbra, 1946, pp. 7778; Diccionario Bibliographico Portuguez, vol. I, pp. 276278; vol. III, p. 139; vol. VIII, pp. 311312; vol. XXII, p. 360; «D. António de Sousa de Macedo», in Portugal. Diccionario histórico..., por Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, vol. VI, pp. 10841087; «D. António de Sousa de Macedo», in «D. António de Sousa de Macedo», in Manual Bibliographico Portuguez, coordenado por Ricardo Pinto de Mattos, Livraria Portuense, Porto, 1878, pp. 592594; MORAIS, Cristóvão Alão de - Pedatura Lusitana, vol. I, Carvalhos de Basto, 2.^a edição, Braga, 1997, p. 19; CIDADE, Hernâni - «D. António de Sousa de Macedo», in Dicionário de História de Portugal, vol. IV, pp. 112113; «D. António de Sousa de Macedo», in Dicionário Enciclopédico de História de Portugal, vol. I, p. 408.

2 Sobre a actuação ministerial de D. António Sousa de Macedo expressa nos fólios do Mercvrio Portvguez, vide Mercvrio Portvguez, Março de 1663, f.ºs 2 - v.º3; Mercvrio Portvguez, Fevereiro de 1666, f.º 6; Mercvrio Portvguez, Agosto de 1666, f.ºs 6 - v.º, 8 - v.º e 12.

3 Devido às incompatibilidades entre a rainha D. Maria Francisca e D. António de Sousa de Macedo, o Mercvrio Portvguez seria suspenso, dado ser decretado o desterro do seu ilustre autor e, subsequentemente, o fim do seu cargo de Secretário de Estado. Vejase a este respeito: MATTOS, Gastão de Mello de - «O sentido da crise política de 1667», in Anais da Academia Portuguesa da História, «Ciclo da Restauração de Portugal», vol. VIII, [s. n.], Lisboa, 1944, p. 373.

4 “O Mercurio redigido por um homem tão habil, por um politico tão consumado, como era o auctor da Lusitania Liberata, teve grande voga; mas parece [que] não escapou ao fado de todos os diarios politicos. O P.e Vieira o taxava de pouco veridico e, o que mais é, de impolitico e de mal escripto. Se aqui andavam odios de corte não o diremos nós, ainda que nolo possa fazer crer o serem estes dois grandes escriptores de bandos contrarios na questão entre D. Affonso 6.º e o usurpador seu irmão.” Cft. CUNHA RIVARA, Joaquim Heliodoro da - «Origem das gazetas em Portugal. III», in O Panorama, 1.^a série, vol. II., ft. 48, 31 Março 1838, p. 102. Como complemento, vejase P. M. [?] - «António de Sousa de Macedo», in O Panorama, 2.^a série, vol. I., ft. 43, 22 Outubro 1842, pp. 343344.

5 Sobre dados a respeito do Mercvrio Portvguez, consultese: «O Jornalismo», in História da Literatura Portuguesa, coordenação de Agostinho Fortes e Albino Forjaz de Sampaio, Livraria Popular de Francisco Franco, Lisboa, 1939, pp. 234235; CASTELOBRANCO, Fernando - «Mercúrio Português», in Enciclopédia LusoBrasileira da Cultura Verbo, vol. XIII, p. 380; «Relações», in Diccionario Bibliographico Portuguez, vol. XVIII, pp. 220228 [esta entrada bibliográfica é de extrema importância, dado incluir uma sinopse bem estruturado de todas as edições do Mercvrio Portvguez e dos mais variados comentários históricos possíveis à altura]; CASTELOBRANCO, Fernando - «O primeiro semanário lisboeta e português», in Revista Municipal, vol. 69, [s. n.], Lisboa, 1956, pp. 1925; «Mercúrio Português», in Grande Enciclopédia Universal, vol. XIII, p. 8681; TENGARRINHA, José - «Mercúrio Português», in Dicionário de História de Portugal, vol.

IV, p. 276.

6 “Sem a tentativa de Sousa Macedo teria sido profundíssima a treva no campo das informações. Desde 1647 a 1663, decorreram factos que não foram registados. Ele pretendeu dar a Portugal feição mais europeia com o Mercúrio, pois existiam em diversos países várias publicações do género, embora sem a pontualidade que ele imprimira à sua.” MARTINS, Rocha - Pequena História da Imprensa Portuguesa, Editorial Inquérito, Lisboa, 1942, p. 26.

7 Aliás, o seu funcionamento executivo estava em concordância com a legislação que versava sobre «as licenças para obras que envolvessem coisas de Estado ou reputação pública», promulgada a 14 de Agosto de 1663, no decurso do primeiro ano de D. António de Sousa de Macedo como Secretário de Estado do governo do conde de Castelo Melhor. Cf. ALVES, Luís - «Inventário da Legislação sobre Imprensa [15761841]», in Subsídios para a História da Imprensa em Portugal, Centro de Estudos Humanísticos, Porto, 1983, p. 5. Apontamos que o Mercvrio Portvguez foi impresso em três “officinas” tipográficas distintas, ou seja, com edições da responsabilidade de Valente de Oliveira e, posteriormente, nas casas de João da Costa e de António Craesbeeck de Melo. Praticando um preço algo elevado e que oscilava entre os 5 e os 15 réis, o seu formato editorial manteve-se sempre uniforme, embora com algumas ligeiras alterações formais a nível da sua composição e paginação, dado ter tido diferentes editores e o número dos seus fólhos «inquarto», variar entre os 3 e os 32 fólhos.

8 “Jornal partidário, naturalmente de apologia e de combate, embora muitas vezes velados, teve adversários poderosos e vivíssimos, e se houvesse de distinguir algum seria sem dúvida o P.e António Vieira, que na sua correspondência várias vezes o atinge com ironia senão com menoscabo. Produto de uma época bem conturbada, o jornal é todavia um abundante repositório noticioso, estimável como fonte histórica em conotação com a literatura encomiástica ou de detrimento dos factos e das pessoas daquele momento.” Vd. «Palavras de abertura», por M. Lopes de Almeida, in Índice do «Mercúrio Portvguez», coordenado por Maria Isabel Ribeiro de Faria e Maria da Graça Pericão de Faria, separata do Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, vol. XXXII, [s. n.], Coimbra, 1975, pp. III.

9 “Lidas com atenção as páginas do Mercúrio, facilmente se constatará que ele cumpriu razoavelmente a sua missão informativa e os objectivos para que fora criado. Embora apresentasse uma intenção acentuadamente política, nunca deixou de informar, com clareza e concisão, os seus numerosos leitores, sobretudo em notícias que se referiam à guerra entre Portugal e Castela.” Cf. Notícias históricas de Lisboa na época da Restauração (Extractos da Gazeta e do Mercúrio Portvguez), selecção, prefácio e notas de J. E. Moreirinhas Pinheiro, Lisboa, p. 6.

10 Cf. Mercvrio Portvguez, Abril de 1663, f.º 1; Mercvrio Portvguez, Setembro de 1664, f.ºs 22 - v.º; Setembro de 1665, f.º 5 - v.º; Março de 1667, f.º 1. As expressões “gazeta” e “mercúrio”, aplicáveis aos primeiros periódicos são de clara origem estrangeira o que patenteia o paralelismo entre o nosso incipiente periodismo e o que precedeu no resto da Europa: “A Gazeta pode reportar-se o primeiro periódico de notícias que se publicou em Portugal, e o Mercúrio primeiro periódico político, de redacção literariamente cuidada.” Sobre as qualidades literárias e criticistas que apelidam D. António de Sousa de Macedo como o «primeiro jornalista português», vejase CUNHA, Alfredo da - «Elementos para a história da imprensa periódica portuguesa», separata das Memórias da Academia das

Ciências de Lisboa, [s. n.], Lisboa, 1941, p. 42.

11 D. Lourenço Vicente [1311?1397], arcebispo de Braga, nasceu na Lourinhã e frequentou as universidades de Montpellier, Toulouse, Paris e Bolonha. Como bacharel em Leis, foi designado cónego da Sé de Lisboa [1372], e desembargador e vedor da Fazenda de D. Fernando e, no ano seguinte, bispo do Porto. Por empenhamento do rei, foi eleito arcebispo de Braga por Gregório VI, sendo sagrado em Avinhão [1374]. Depois da morte de D. Fernando, de quem mereceu sempre a total confiança, foi um dos acérrimos defensores de D. João I na crise de 1383-1385, tendo pronunciado o discurso inaugural de aclamação do Mestre de Avis como rei de Portugal nas cortes de Coimbra. Participou na batalha de Aljubarrota onde foi ferido, assim como na tomada de Guimarães. No casamento de D. João I com D. Filipa de Lencastre acompanhou a noiva e abençoou o tálamo real. Pacificada a nação, regressou a Braga tendo-se dedicado ao seu arcebispado até à data sua morte, em 1398. Tendo sido sepultado em Braga, o seu corpo sofreu uma mumificação natural tendo a propaganda restauracionista contribuído para a mistificação da sua figura histórica. Cf. MARQUES, José - «Braga na crise de 1383-1385», in *Relações entre Portugal e Castela nos fins da Idade Média*, Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Lisboa, 1994, pp. 235-256.

12 “Ho Arçebispo de Braguua ou outro sy semdo b~e armado, avia amte sy a cruz de Braguua alevantada com que costumava visitar as Igrejas e nnaõ quedava de prover amdando hu~us e os ou outros, esforçamdo e absolvemdo todos, comfirmamdo lhe as perdoanças que o Papa Urbano seisto outorguava comtra os cismáticos increos revees a Santa Igreja, dizemdo a todos queue tanto que começa~e ferir nos imiguos queue fos~e membrados de dizer [ameude] et verbum caro facti est;” Vd. LOPES, Fernão - *Crónica de D. João I*, edição preparada por M. Lopes de Almeida e A. de Magalhães Basto, vol. II, Livraria Civilização, Porto, 1990, cap. XLI, p. 103.

13 Cft. Mercvrio Portvguez, Agosto de 1663, f.ºs 22 - v.º; Mercvrio Portvguez, Dezembro de 1663, f.º 5 - v.º; SARAIVA, Francisco - *Discurso sobre a incorruptibilidade do corpo do Arcebispo de Braga D. Lourenço Vicente, que morrendo no anno de 1397. foy achado incorrupto a 4 de Julho de 1663*, [manuscrito]; Ver CARDOSO, Jorge - *Agiologio Lusitano*, vol. III, p. 542, no comentário referente ao dia 4 de Julho, «Letra L».

14 Constatamos esta acepção baseados nas próprias palavras de D. António de Sousa de Macedo, muito anteriores à redacção do Mercvrio Portvguez, aquando da primeira edição da sua obra *Flores de España Excelencias de Portugal* [1631]: “Demas desto está Portugal puesto en tal sitio, y parte del mundo, que queda como cabeça de todo el; que parece, que preuiendo Dios en la creacion del mundo las grandes excelencias que este Reyno auia de tener, le quiso hazer cabeça del mundo, y dar al mundo tal cabeça (no hablo en Roma, que como cabeça de la Iglesia no entra en este discurso).” Vd. MACEDO, D. António de Sousa de - *Flores de España Excelencias de Portugal*, Primeira Parte, prefácio de Pedro da Costa de Sousa de Macedo (Villa Franca), Alcalá Editores, Lisboa, 2003, f.º 5.

15 «Nuno Álvares Pereira», in Mercvrio Portvguez, Junho de 1667, f.º 2.

16 Cf. Mercvrio Portvguez, Janeiro de 1664, f.ºs 33 - v.º.

17 A este respeito vejase, ainda que consentâneo com outras cronologias, MARQUES, José - «O Mosteiro de Oia e a Granja da Silva no contexto das relações lusocastelhanas dos séculos XIV-XV», separata de *Revista de História*, Centro de História da Universidade

do Porto, vol. VI, Porto, 1985.

18 “Taõbe aduirto no q toca â restituição das terras q a cidade de Tuy cõ outras de Galiza deuião ficar â coroa de Portugal, pois não sò em Agosto do anno de 1140. faz elRey D. Afonso Henriques Couto do mosteiro de Oia, q he em Galiza; [...]” Vf. Monarquia Lusitana, por Frei António Brandão, Parte Terceira, f.º 133 - v.º.

19 Cf. Mercvrio Portvguez, Março de 1667, f.º 6 - v.º.

20 Cf. BARROCA, Mário - «Arquitectura Militar», in Nova História Militar. Da Reconquista a D. Dinis, sob a direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. I, Círculo de Leitores, Lisboa, 2003, pp. 95121.

21 A reforma da construção do castelo de Albuquerque esteve a cargo do mestre Pedro Vicente (1306). Cft. BARROCA, Mário - «Arquitectura Militar», in Nova História Militar. Da Reconquista a D. Dinis, sob a direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. I, Círculo de Leitores, Lisboa, 2003, p. 121; SOUSA, J. M. Cordeiro de - «Duas inscrições portuguesas em Espanha (a questão da data das lápidas do castelo de Albuquerque)», separata de O Arqueólogo Português, nova série, vol. II, [s. n.], Lisboa, 1953.

22 Cf. Mercvrio Portvguez, Março de 1667, f.º 4.

23 Cf. TORRES, Ruy d’Abreu - «Casa da Suplicação», in Dicionário de História de Portugal, vol. VI, pp. 103104 e a bibliografia de suporte aí apontada.

24 ALBUQUERQUE, Martim de - «O regimento quatrocentista da Casa da Suplicação», separata do Arquivo do Centro Cultural Português, n.º 17, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1982.

25 Vd. MACEDO, D. António de Sousa de - Flores de España Excelencias de Portugal, Primeira Parte, f.º 121.

26 A título de curiosidade, reveja se a entrada «Do Regedor, e Governador da Casa da Justiça em a Corte d’ElRey», in Ordenações Afonsinas, com nota de apresentação e Mário Júlio de Almeida Costa e nota textológica de Eduardo Borges Nunes, Livro I, 2.ª edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1998, título I, pp. 815 e restantes entradas respeitantes ao funcionamento jurídico português do século XV.

27 Cf. Mercvrio Portvguez, Março de 1667, f.º 7.

28 Cft. FIGUEIREDO, Fidelino de - Historia da Litteratura Classica. 2.ª Epocha: 15801756 (continuação) e 3.ª Epocha: 17561825, «Bibliotheca de Estudos Históricos Nacionaes», vol. VIII, Portugália Editora, Lisboa, 1922, p. 48.